



Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: XX Seminário de Iniciação Científica

ENSINO MÉDIO: AS PROPOSTAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS¹

Jéssika Kinalski², Hedi Maria Luft³, Juliana Borba de Casaes⁴.

¹ Projeto de Pesquisa Institucional: Mapeamento da Educação de Jovens e Adultos na Região Noroeste do Estado do RS

² Bolsista Pibic/CNPq, acadêmica do curso de Pedagogia da Unijuí.

³ Orientadora do projeto de pesquisa.

⁴ Ex-aluna do curso de Pedagogia da Unijuí, e ex-bolsista do projeto.

RESUMO: O estudo analisa as propostas de Educação de Jovens e Adultos ofertadas em nível de ensino médio, nas escolas de abrangência da 17^a. Coordenadoria Regional de Educação – Santa Rosa/RS. Tem como objetivo aprofundar a compreensão sobre os processos de operacionalização das aprendizagens, bem como as influências na formação, educação e permanência desses alunos na escola. Para tanto, partimos de uma contextualização sobre ensino médio e aprofundamos a dimensão das práticas educativas viabilizadas nas escolas, demarcando a educação como direito constitucional. Constatamos que a organização curricular perpassa, basicamente, pelas Totalidades de Conhecimento que a partir de um planejamento coletivo dos professores viabiliza através da intervenção pedagógica a construção de perspectivas mais significativas dos que retornam a escola, mesmo que fora de faixa etária escolar. Desta forma, a compreensão do direito à educação transcende a mera promessa de inclusão dos que já abandonaram a escola em outras épocas, favorecendo a construção de uma sociedade mais justa.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos, propostas, ensino médio, trabalho.

INTRODUÇÃO

A educação interfere e tem influências decisivas sobre o desenvolvimento de uma sociedade. Mas, não se trata de educação pela educação e sim de uma educação com qualidade pedagógica e social. Isto implica o reconhecimento do que a classe trabalhadora já produziu ao longo da história, as lutas da educação popular, a busca pela superação da exploração e expropriação dos trabalhadores do seu próprio trabalho, questões que merecem espaço na formação e escolarização de alunos que frequentam a modalidade da Educação de Jovens e Adultos. Neste sentido, a grande dificuldade, ainda se assenta na questão da educação de qualidade pedagógica e social, ou seja, de uma maior clareza sobre as propostas didático-pedagógicas, especialmente, no ensino médio da educação básica. O mundo do trabalho é mais do que emprego, e empregabilidade, envolve uma racionalidade econômica, política e cultural de um sistema que abarca lógicas, tendências e imposições que exigem mais que escolarização básica. A questão do desemprego perpassa os que não têm e, também, aqueles que têm certificação.





Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: XX Seminário de Iniciação Científica

Deste modo é reconhecido de que a escolarização de jovens e adultos, fora de faixa etária regular é uma problemática que merece ser estudada, aprofundada e compreendida para que se possa avançar na qualidade da formação de alunos-trabalhadores, por via da formação de professores que atuam com esses sujeitos. Segundo Arroyo (2005, p. 39) “A EJA é um campo especialmente instigante para o exercício da renovação do pensar e do fazer docente, para a revitalização do ofício de mestres.” É uma questão importante porque, no contexto da Educação de Jovens e Adultos, a problematização das práticas dos professores é uma necessidade fundamental para que se supere a transposição histórica dos currículos prescritos e dogmatizados da escola convencional para o âmbito da Educação de Jovens e Adultos.

O desafio está em investir no protagonismo das práticas dos professores de Educação de Jovens e Adultos, que, ancorados em saberes pedagógicos, sociais, culturais, históricos, técnicos, possam sistematizar e articular esses com os saberes dos alunos trabalhadores. A reconfiguração da educação e da formação dos alunos que frequentam o Ensino Médio na modalidade Educação de Jovens e Adultos, requer uma política de educação que implemente uma educação unitária, politécnica e tecnológica, de modo a alargar as possibilidades de intervenção nos processos de uma mera certificação e abandonando definitivamente a função supletiva e compensatória. Portanto, se há lacunas justifica-se a necessidade de realizar uma investigação.

METODOLOGIA

Considerando que os dados buscados em 2010 e 2011 nos proporcionaram um mapeamento de escolas que ofertam EJA na nossa região, em 2012 iniciamos os estudos referente as propostas didático-pedagógicas, para compreender as práticas dos professores desta modalidade de ensino, em nível médio, no que se refere aos processos educativos na escola em relação ao mundo do trabalho. Observamos e identificamos as propostas pedagógicas, incluindo aspectos que tem produzido diferenças. Para obter os resultados entrevistamos um professor de cada área do conhecimento de uma escola da rede pública estadual.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O acesso a uma educação de nível médio seja ela propedêutica ou com ênfase na formação profissional, continua sendo para poucos. Segundo dados do Censo Escolar de 2010, a Educação de Jovens e Adultos apresentou queda nas matrículas. Dessas matrículas, 21,8% são entre 1ª e 4ª série do ensino fundamental, 45,4% entre 5ª e 8ª série, e 32,8% situam-se no ensino médio. A queda deve-se ao fato de ter diminuído o número de escolas ofertando esta modalidade de ensino, afinal, menos escolas acarretam maiores dificuldades, no sentido do acesso, principalmente nos grandes centros urbanos, onde o deslocamento pode ser ainda mais difícil.

Deste modo, não é por acaso que um contingente enorme de alunos deste nível de ensino passa a “aguardar” mais um tempo, abandonando a escola regular para “terminar os estudos” nas escolas que oportunizam propostas na modalidade da Educação de Jovens e Adultos. Por quê? Segundo a percepção dos professores entrevistados é mais rápido, em outras condições pedagógicas, didáticas e responde a uma cultura equivocada de que na Educação de Jovens e Adultos as exigências são





Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: XX Seminário de Iniciação Científica

menores, inferiorizando a educação desse espaço. Assim, muitos alunos, ao identificar de que não terão êxito abandonam a escola.

A realidade enfrentada por alunos trabalhadores é marcada pela necessidade de conhecimentos que possam dar sentido às práticas de cada dia. Faz-se mister perceber nos processos educativos de Educação de Jovens e Adultos a vida de todo dia, daqueles que retornam a escola, agora em ordem diferenciada, não mais na obrigatoriedade escolar, mas certamente na obrigatoriedade da certificação, da sobrevivência no espaço de trabalho. Daí porque, os conhecimentos e a abordagem desses processos educativos merecem ser repensadas, reconfiguradas e recontextualizadas. Segundo Marques (1995, p.20)

As condições básicas da aprendizagem e os conteúdos dela se dão, no concreto da história, em sua realidade inscrita no aqui e agora da vida cotidiana. Mais do que das abstrações da ciência, as atitudes e comportamentos do homem e os conhecimentos que o guiam emergem do interior da experiência vivida no espaço particularizado e na monotonia do tempo da repetição reiterada, que, na realidade, constituem o essencial da trama social.

Trata-se, então, de se discutir a questão da qualidade desses processos educativos oferecidos. A Educação de Jovens e Adultos pode se constituir num avanço, no sentido de oportunizar outras propostas e possibilidades aos alunos que retornam à escola. Isto porque, a partir de 1996, essa modalidade de ensino instituiu-se, pelas vias legais numa possibilidade de consolidar-se em prática permanente de ampliação de escolaridade, viabilizando um direito prescrito no art. 208 da Constituição Federal Brasileira de 1988.

Percebemos no contexto escolar que a abordagem curricular dos conhecimentos versa basicamente sobre a proposta das Totalidades de Conhecimento, considerando que os jovens e adultos já detêm um grau de desenvolvimento por suas trajetórias de vida, por isso, suas experiências e saberes sociais necessitam serem sistematizados, o que pode ocorrer em menor espaço de tempo. A Proposta das Totalidades de Conhecimento aborda os conteúdos numa relação interdisciplinar, levando em consideração que nenhum fenômeno da natureza pode ser compreendido separadamente, pois totalidade se refere às partes como um todo. O esquema de seriação dá, pouco a pouco, lugar às Totalidades de Conhecimento e os conteúdos são substituídos pela construção de conceitos a partir de campos do saber. A abordagem do conhecimento com esse princípio estabelece uma relação didático-pedagógica diferenciada, uma vez que, o conhecimento escolar é, via de regra, fragmentado, pois segundo Arroyo (2000, p.184) as abordagens das diferentes áreas do saber revelam que “o que está em jogo nas incertezas que invadem nossas tranquilas plantações em cada área das grades curriculares é uma visão muito estreita em confronto com uma visão aberta do que é o mercado, o trabalho, a cidadania e o preparo para a vida.”

Portanto, uma proposta que contemple as abordagens diferenciadas, no caso das Totalidades de Conhecimento, na dimensão interdisciplinar, requer atitudes coletivas de atuação por parte dos que coordenam o processo, no caso os professores, considerando que nenhuma área do conhecimento, por si só seja exaustiva. Os professores que se organizam nesta perspectiva revelam maiores índices de permanência dos alunos na escola e mais participação significativa dos mesmos.



Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: XX Seminário de Iniciação Científica

Além das Totalidades de Conhecimento, as Classes de Aceleração, segundo Parecer nº 750/2005 do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, são apresentadas por algumas escolas como “um meio didático-pedagógico que pretendem, com metodologia própria, dentro do ensino na faixa de sete a quatorze anos, sincronizar o ingresso de estudantes com a distorção idade/ano escolar.” Sabemos que a idade é um dos fatores que interfere na construção do processo pedagógico escolar, mas não é o único elemento na determinação dos processos educativos. Segundo Freire (1993, p.50),

A autodesvalia é outra característica dos oprimidos. Resulta da introjeção que fazem eles da visão que deles têm os opressores. De tanto ouvirem de si mesmos que são incapazes, que não sabem nada, que não podem saber, que são enfermos, indolentes, que não produzem em virtude de tudo isto, terminam por se convencerem de sua “incapacidade”.

Importa destacar de que há propostas educativas que consideram a relevância e a urgência da necessidade de atender os menos favorecidos e, muitos professores já demonstram, sem dúvida, maior sensibilidade pedagógica, no sentido de atender melhor às necessidades dos alunos trabalhadores, mas ainda é pouco claro o que e como efetivamente, vincularia educação básica à vida ativa e produtiva. Não estamos referindo à formação de trabalhadores para o mercado excludente, mas à educação situada no campo do direito, que tem consequências na formação do ser humano, produzindo sua existência como trabalhador e cidadão. Arroyo (2000) insiste que a legitimidade social da escola passa pelo alargamento da função humanizadora e cultural do tempo de escola. Desta forma, romper com a rigidez das grades e dos programas para estabelecer experiências interdisciplinares coletivas e, com estas, aprender os significados das diferentes culturas, é o desafio. O caráter democrático das interações entre os sujeitos instaura a função da escola, ou seja, construir e constituir conhecimentos coletivamente elaborados, pois muitas vezes são impostas atribuições à prática escolar que têm como resultado o esvaziamento de sua função principal – trabalhar com o conhecimento.

CONCLUSÕES

Para o desenvolvimento de práticas educativas mais consequentes na educação dos alunos trabalhadores a escola deve manter como princípio básico, os diferentes tempos necessários ao processamento das aprendizagens pelo jovem e pelo adulto, considerando os conhecimentos, habilidades e competências adquiridas na informalidade das suas vivências e do mundo do trabalho. Devido à diversidade de característica que esse grupo de alunos apresenta, a escola tem a necessidade de prever uma sequência mais adequada de tratamento dos componentes curriculares em espaços ou módulos de tempo, possibilitando ao aluno transitar por este currículo de acordo com o seu próprio tempo de construção das aprendizagens.

A Educação de Jovens e Adultos é menos unidirecionada, mais aberta à discussão de pressupostos da realidade, respeitando aos alunos como pessoas humanas, aos seus sonhos e diferenças. Não é apenas a possibilidade do ensino de conteúdos, mas também uma prática de conscientização e de reflexão. Miguel Arroyo (2005) afirma que a EJA é um meio de reintegração daqueles que, por inadequação escolar, necessidade de trabalhar, gravidez, entre outras questões são excluídos.

Portanto, não basta à garantia legal do direito. É necessário que as propostas das escolas que oportunizam a Educação de Jovens e Adultos sejam, efetivamente, meios de inclusão dos alunos, que a





Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: XX Seminário de Iniciação Científica

elas se dirigem. A forma de como a escola se organiza e funciona, é segundo Marques (1995), uma maneira de ensinar. Portanto, é uma das questões fundamentais a forma de organização da escola, e é salutar que trate de trabalhar, no sentido de, incluir os que já abandonaram a escola em outros tempos. Um desafio que merece o comprometimento dos que apostam na educação como meio de transformação.

REFERÊNCIAS:

ARROYO, Miguel. Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In. SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia; GOMES, Nilma. (orgs) Diálogos na educação de jovens e adultos. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

_____. Ofício de mestre: imagens e auto-imagens. Petrópolis: Vozes, 2000.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 21.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

MARQUES, Mario Osório. Aprendizagem na mediação social do aprendido e da docência. Ijuí: UNIJUI, 1995.